

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 547.785 - SP (2019/0352951-0)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RODOLFO MARQUES DA SILVA - SP242870
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCOS ANTONIO DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MARCOS ANTONIO DOS SANTOS, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que negou provimento ao agravo em execução, em acórdão assim relatado (fls. 83-84):

Cuida-se de agravo em execução interposto por MARCOS ANTONIO DOS SANTOS contra a decisão de fls. 49/50, datada de 13.6.2019, da Unidade Regional de Departamento Estadual de Execução Criminal da Comarca de Presidente Prudente, que, nos autos da Execução Penal nº 0012564-92.2017.8.26.0041, deferiu o pedido de progressão ao regime semiaberto e indeferiu o de livramento condicional.

Sustenta, em resumo, o agravante, que estão presentes os requisitos para ser agraciado com o livramento condicional e argumenta com a desnecessidade de prévia passagem pelo regime intermediário. Busca a reforma da decisão. Regularmente processado o recurso, a decisão atacada foi mantida e, neste Tribunal, a Procuradoria-Geral de Justiça manifestou-se pelo não provimento.

[...].

Consta nos autos que o paciente foi beneficiado com a progressão ao regime semiaberto mas teve indeferido seu pedido de livramento condicional.

Interposto agravo em execução, este foi desprovido.

Daí o presente *writ*, no qual sustenta a Impetrante que estariam presentes os requisitos para que o paciente seja agraciado com o livramento condicional, argumentando que não haveria necessidade de prévia passagem pelo regime intermediário.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão do livramento condicional.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Superior Tribunal de Justiça

Esta não é a situação presente, pois a pretensão deduzida, *in casu*, é claramente satisfativa, inviabilizando a suspensão dos efeitos do acórdão, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito, assim garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro o pedido liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.



MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator